Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32923

EPIDEMIOLOGIA DE DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS NA CIDADE DE UBÁ, MINAS GERAIS, BRASIL (2020–2025)

EPIDEMIOLOGY OF NEGLECTED TROPICAL DISEASES IN THE CITY OF UBÁ, MINAS GERAIS, BRAZIL (2020–2025)

EPIDEMIOLOGÍA DE LAS ENFERMEDADES TROPICALES DESATENDIDAS EN LA CIUDAD DE UBÁ, MINAS GERAIS, BRASIL (2020–2025)

Gabriela Andrade Pires[1]
Layza Patricio Bonato[2]
Bruna Aguiar Lima[3]
Vinícius Silva Monteiro[4]

RESUMO: As doenças tropicais negligenciadas representam um importante problema de saúde pública, especialmente em populações socialmente vulneráveis. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico das doenças tropicais negligenciadas selecionadas no município de Ubá, Minas Gerais, entre 2020 e 2025. Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo e de base populacional, realizado a partir de dados secundários disponibilizados pelo DATASUS, provenientes dos sistemas SINAN e SIM. Foram analisados os casos de hanseníase, leishmaniose, dengue e esquistossomose, considerando variáveis como sexo, faixa etária, ocorrência de óbitos e distribuição temporal. No período estudado, foram registrados 12.030 casos, dos quais 11.917 foram de dengue (99,06%), 88 de hanseníase (0,73%), 24 de leishmaniose (0,20%) e um de esquistossomose (0,01%). Foram identificados quatro óbitos, todos associados à dengue. Houve predominância de registros no sexo feminino (51,87%) e na faixa etária de 15 a 59 anos (77,42%). Observou-se aumento expressivo dos casos de dengue em 2024, seguido de redução em 2025. Conclui-se que a dengue apresentou maior impacto epidemiológico no município durante o período analisado, evidenciando a importância do fortalecimento da vigilância epidemiológica, da qualidade das notificações e das medidas de prevenção e controle das doenças investigadas.

Palavras-chave: Doenças tropicais negligenciadas. Epidemiologia. Vigilância epidemiológica. Saúde pública. Ubá.

ABSTRACT: Neglected tropical diseases represent a major public health problem, particularly among socially vulnerable populations. This study aimed to analyze the epidemiological profile of selected neglected tropical diseases in the municipality of Ubá, Minas Gerais, Brazil, from 2020 to 2025. This is a descriptive, retrospective, population-based epidemiological study conducted using secondary data provided by DATASUS, obtained from the SINAN and SIM information systems. Cases of leprosy, leishmaniasis, dengue, and schistosomiasis were analyzed, considering variables such as sex, age group, occurrence of deaths, and temporal distribution. During the study period, 12,030 cases were recorded, of which 11,917 were dengue (99.06%), 88 were leprosy (0.73%), 24 were leishmaniasis (0.20%), and one was schistosomiasis (0.01%). Four deaths were identified, all associated with dengue. There was a predominance of cases among females (51.87%) and individuals aged 15 to 59 years (77.42%). A

[1] Graduanda em Biomedicina. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá (FUPAC/UNIPAC), Ubá, Minas Gerais, Brasil.
[2] Graduanda em Biomedicina. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá (FUPAC/UNIPAC), Ubá, Minas Gerais, Brasil.
[3] Biomédica, especialista em Gestão da Produção pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Orientadora. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá (FUPAC/UNIPAC), Ubá, Minas Gerais, Brasil.
[4] Graduado em Ciências Biológicas, mestre em Ecologia em Biomas Tropicais. Professor. Coorientador. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá (FUPAC/UNIPAC), Ubá, Minas Gerais, Brasil.

significant increase in dengue cases was observed in 2024, followed by a reduction in 2025. It is concluded that dengue had the greatest epidemiological impact in the municipality during the study period, highlighting the importance of strengthening epidemiological surveillance, improving the quality of disease reporting, and implementing prevention and control measures for the diseases investigated.

Keywords: Neglected Tropical Diseases. Epidemiology. Epidemiological Surveillance. Public Health. Ubá.

RESUMEN: Las enfermedades tropicales desatendidas representan un importante problema de salud pública, especialmente entre las poblaciones socialmente vulnerables. Este estudio tuvo como objetivo analizar el perfil epidemiológico de las enfermedades tropicales desatendidas seleccionadas en el municipio de Ubá, Minas Gerais, Brasil, entre 2020 y 2025. Se trata de un estudio epidemiológico, descriptivo, retrospectivo y de base poblacional, realizado a partir de datos secundarios proporcionados por DATASUS, procedentes de los sistemas de información SINAN y SIM. Se analizaron los casos de lepra, leishmaniasis, dengue y esquistosomiasis, considerando variables como sexo, grupo de edad, ocurrencia de defunciones y distribución temporal. Durante el período estudiado, se registraron 12.030 casos, de los cuales 11.917 correspondieron a dengue (99,06%), 88 a lepra (0,73%), 24 a leishmaniasis (0,20%) y uno a esquistosomiasis (0,01%). Se identificaron cuatro defunciones, todas asociadas al dengue. Se observó un predominio de registros en el sexo femenino (51,87%) y en el grupo de edad de 15 a 59 años (77,42%). Se registró un aumento significativo de los casos de dengue en 2024, seguido de una reducción en 2025. Se concluye que el dengue presentó el mayor impacto epidemiológico en el municipio durante el período analizado, lo que pone de manifiesto la importancia de fortalecer la vigilancia epidemiológica, mejorar la calidad de las notificaciones y ampliar las medidas de prevención y control de las enfermedades investigadas.

Palabras clave: Enfermedades tropicales desatendidas. Epidemiología. Vigilancia epidemiológica. Salud pública. Ubá.

1 INTRODUÇÃO

As doenças tropicais negligenciadas, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), são doenças infecciosas que se disseminam em meios de precária estrutura sanitária, condição de moradia, alimentação inadequadas e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (Chao, et al., 2024). Têm como características comuns a endemicidade elevada nas áreas rurais e nas urbanas menos favorecidas de países em desenvolvimento, além da escassez de pesquisas para o desenvolvimento de novos fármacos (Spala, 2023).

Sendo responsáveis por aproximadamente 119 mil mortes em 2021 (World Health Organization, 2025), são consideradas um problema de saúde pública, uma vez que a maioria dessas doenças são preveníveis e/ou tratáveis com intervenções altamente eficientes (Meurer e Coimbra, 2022). A persistência dessas doenças está associada a fatores como a insuficiência de políticas públicas, as condições inadequadas de saneamento básico, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a limitação de investimentos em prevenção, diagnóstico e tratamento (Reis, et al., 2016).

No Brasil, entre as DTNs (doenças tropicais negligenciadas) mais frequentes estão a hanseníase, a tuberculose, a leishmaniose, a dengue e a esquistossomose (Silva, et al., 2019). Essas enfermidades acometem principalmente populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social, residentes em áreas com precárias condições de saneamento básico, moradia e limitado acesso aos serviços de saúde, o que favorece sua disseminação e dificulta o diagnóstico e o tratamento precoce (Soares, 2021). Além de representarem um importante problema de saúde pública, as DTNs provocam elevada morbimortalidade, incapacidades físicas, comprometimento do desenvolvimento neuropsicomotor infantil e redução da capacidade laboral dos indivíduos acometidos, impactando diretamente a qualidade de vida e a produtividade econômica da população (Lima, 2023). Nesse contexto, tais doenças geram significativa sobrecarga ao Sistema Único de Saúde (SUS), exigindo investimentos contínuos em vigilância epidemiológica, hospitalizações, tratamentos prolongados e ações de controle vetorial (Soares, 2021).

O estado de Minas Gerais possui uma das maiores extensões territoriais do país, fator que, somado a outros, contribui para a ampla desigualdade (Lima, 2023). Estudos epidemiológicos têm evidenciado a dispersão da doença aliada às condições de pobreza e desigualdade (Silva, et al., 2019). Apesar do número limitado de casos notificados durante os últimos anos no estado de Minas Gerais, a atenção é fundamental para evitar o fortalecimento da transmissão local (Guimaraes, et al., 2024).

A cidade de Ubá, localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, possui uma população estimada de aproximadamente 103.365 habitantes, segundo o Censo de 2022 do IBGE (IBGE, 2023). Apesar disso, observa-se uma lacuna significativa na literatura científica quanto à análise dos índices epidemiológicos locais, o que dificulta a compreensão detalhada do comportamento dessas doenças na região.

Nesse contexto, a investigação das doenças tropicais negligenciadas na cidade de Ubá torna-se essencial, uma vez que a ausência de dados epidemiológicos locais limita a compreensão da magnitude dessas enfermidades e compromete o planejamento de ações efetivas de saúde pública. Além disso, o fortalecimento da vigilância epidemiológica é indispensável para identificar grupos vulneráveis, monitorar a disseminação das doenças e subsidiar estratégias de prevenção e controle mais adequadas à realidade regional. Dessa forma, ampliar o conhecimento científico sobre essas enfermidades contribui não apenas para a produção acadêmica, mas

também para o direcionamento de políticas públicas mais assertivas e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico das doenças tropicais negligenciadas selecionadas no município de Ubá, Minas Gerais, entre 2020 e 2025, considerando a ocorrência de casos e óbitos, a distribuição segundo sexo e faixa etária e a evolução temporal dos indicadores epidemiológicos

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo e de base populacional, com análise de série temporal, sobre o perfil epidemiológico das doenças tropicais negligenciadas (DTNs) no município de Ubá, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025.

Foram utilizados dados secundários, públicos e anonimizados, disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), para obtenção dos casos notificados, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para identificação dos óbitos. Foram analisados os casos confirmados de esquistossomose, hanseníase, leishmaniose e dengue em residentes do município, conforme os critérios de definição de caso estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Foram excluídos os registros duplicados, os casos descartados e os registros referentes a indivíduos não residentes no município.

As variáveis analisadas foram número de casos, sexo e faixa etária, distribuída nos seguintes grupos: 0 a 14 anos, 15 a 59 anos e 60 anos ou mais. Foram calculadas as taxas de incidência e mortalidade por 100 mil habitantes, utilizando como denominador a população de 103.365 habitantes do município de Ubá, conforme o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A letalidade foi expressa em porcentagem, considerando a relação entre o número de óbitos e o número de casos registrados para cada doença. Os códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e os critérios específicos de identificação de cada enfermidade foram definidos conforme as orientações do Ministério da Saúde.

A extração dos dados foi realizada por meio do TabWin, com posterior organização no Microsoft Excel. A análise foi descritiva, por meio de frequências absolutas e relativas, taxas epidemiológicas, tabelas e gráficos. Os registros ausentes ou ignorados foram identificados e contabilizados, e a data de extração dos dados foi registrada. Por se tratar de uma pesquisa

baseada em dados públicos e anonimizados, foram observadas as normas éticas aplicáveis às pesquisas com dados secundários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Número de casos e óbitos por hanseníase, leishmaniose, dengue e esquistossomose em Ubá, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025

DOENÇA	CASOS (N)	CASOS NO PERÍODO (%)	ÓBITOS (N)
HANSENÍASE	88	0,73%	0
LEISHMANIOSE	24	0,20%	0
DENGUE	11917	99,06%	4
ESQUISTOSSOMOSE	1	0,01%	0
TOTAL	12030	100%	4

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do DATASUS (SINAN e SIM), Ubá, Minas Gerais, 2020-2025.

Nota: Os dados referem-se aos casos confirmados e óbitos registrados no município de Ubá-MG, no período de 2020 a 2025. Os percentuais foram calculados considerando o total de 12.030 casos registrados.

No período de 2020 a 2025, foram registrados 12.030 casos de dengue, hanseníase, leishmaniose e esquistossomose no município de Ubá, Minas Gerais. A dengue concentrou 11.917 notificações (99,06% do total), seguida pela hanseníase, com 88 casos (0,73%), pela leishmaniose, com 24 (0,20%), e pela esquistossomose, com um caso (0,01). Também foram registrados quatro óbitos, todos associados à dengue.

O predomínio da dengue constitui o principal achado quantitativo do conjunto analisado. Embora fatores ambientais, como temperatura e precipitação, possam influenciar a dinâmica do Aedes aegypti, essas variáveis não foram avaliadas nesse estudo. Assim, não é possível atribuir o volume de notificações às condições climáticas com base nos dados disponíveis. A interpretação deve se limitar à elevada concentração de casos observada no município. Estudos realizados em outros municípios mineiros também ressaltam a importância do monitoramento das arboviroses e da vigilância epidemiológica contínua (Muniz, et al., 2026).

As demais enfermidades apresentam frequências menores, mas mantém relevância para a saúde pública. A hanseníase totalizou 88 casos no período, sua importância está relacionada, entre outros aspectos, ao risco de incapacidades físicas quando o diagnóstico e o tratamento são tardios. Nesse sentido, a análise de (Medeiros, et al., 2024) destaca questões relacionadas à continuidade do tratamento e aos seus desfechos, demonstrando que a ocorrência da doença não deve ser avaliada apenas pelo número de notificações. A leishmaniose apresentou 24 registros,

cuja baixa frequência deve ser interpretada com cautela diante da possibilidade de dificuldades diagnósticos e subnotificação. À esquistossomose teve apenas um caso registrado, esse número isolado não permite concluir se a doença está ausente ou controlada no município.

Tabela 2 – Distribuição dos casos de doenças tropicais negligenciadas por sexo e faixa etária em Ubá, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025

DOENÇA	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	SEXO NÃO INFORMADO	0-14 ANOS	15-59 ANOS	60+	IDADE NÃO INFORMADA
DENGUE	6191	5717	9	1589	9241	1086	1
HANSENÍASE	40	48	0	4	56	26	2
LEISHMANIOSE	9	15	0	2	15	7	0
ESQUISTOSSOMOSE	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL	6240	5781	9	1595	9313	1119	3

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do DATASUS (SINAN e SIM), Ubá, Minas Gerais, 2020-2025.

Nota: Os dados referem-se à distribuição dos casos confirmados de doenças tropicais negligenciadas segundo o sexo e faixa etária, no município de Ubá-MG, no período de 2020 a 2025.

Em relação ao sexo, os registros foram de 6.240 casos no sexo feminino. Esse número corresponde a aproximadamente 51,87% do total de casos registrados sendo 12.030. O resultado sugere a predominância de notificações entre mulheres.

A distribuição observada pode estar relacionada a múltiplos fatores, como a composição da população, a procura por atendimento, o acesso aos serviços de saúde e as diferenças específicas entre as doenças reunidas na análise. Como a dengue representa a maior parte dos registros, ela pode influenciar fortemente o perfil geral por sexo.

Na distribuição por faixa etária, o grupo de 15 a 59 anos concentrou 9.313 registros, equivalente a aproximadamente 77,42% do total de casos. Essa faixa etária corresponde à população em idade economicamente ativa. Hirono e Takizawa (2023), também observaram, no estudo realizado em Cascavel, que as doenças identificadas atingiram principalmente pessoas em idade ativa.

A análise dos casos de doenças tropicais negligenciadas em Ubá (MG), entre 2020 e 2025, demonstrou diferenças na distribuição por sexo. A dengue apresentou maior número de casos entre as mulheres, com 6.191 registros, enquanto os homens totalizaram 5.717. Em contrapartida, a hanseníase foi mais frequente no sexo masculino, com 48 casos, em comparação aos 40 registrados no feminino. A leishmaniose também apresentou maior número de casos entre os

homens, com 15 registros, enquanto as mulheres apresentaram 9. Já a esquistossomose registrou apenas um caso, no sexo masculino. Resultados semelhantes foram descritos em um estudo na Cidade de Cascavel/PR, que identificou maior frequência de dengue entre mulheres, com 1.799 casos, e entre homens, com 1.534 casos, além de maior número de registros masculinos de hanseníase e leishmaniose tegumentar (Hirono e Takizawa, 2023).

Tabela 3 – Distribuição anual dos casos notificados e dos óbitos por doenças tropicais negligenciadas em Ubá, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025

ANO	HANSENÍASE (CASOS)	LEISHMANIOSE (CASOS)	DENGUE (CASOS)	ESQUISTOSSOMOSE (CASOS)	ÓBITOS DENGUE
2020	3	2	1508	0	1
2021	13	8	172	0	0
2022	14	4	121	1	0
2023	19	5	1115	0	0
2024	23	1	6199	0	2
2025	16	4	2802	0	1
TOTAL	88	24	11917	1	4

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do DATASUS (SINAN e SIM), Ubá, Minas Gerais, 2020-2025.

Nota: Os dados referem-se à distribuição anual dos casos notificados de hanseníase, leishmaniose, dengue e esquistossomose, bem como o número de óbitos por dengue, no município de Ubá, Minas Gerais, entre 2020 e 2025. O total corresponde à soma dos registros durante o período analisado.

A dengue foi a doença com maior ocorrência no período analisado, apresentando redução dos casos entre 2020 e 2022, seguida de aumento em 2023 e 2024, quando atingiu seu maior registro, e nova redução em 2025. Em contraste, a esquistossomose apresentou apenas 1 caso entre 2020 e 2025, registrado em 2022. Esse resultado foi inferior ao observado em estudo realizado na Região de Saúde de Ubá, que identificou 173 casos entre 2013 e 2022, sendo 111 no município de Ubá (Rodrigues, 2022). Essa diferença deve ser interpretada considerando que os estudos abrangem períodos distintos e podem apresentar diferenças nas fontes de informação e nos critérios de seleção dos registros. Além disso, o estudo regional utilizou diferentes bases de dados ao longo da série histórica, o que também deve ser considerado na comparação. Portanto, o número reduzido encontrado nesta pesquisa não permite concluir que houve diminuição da ocorrência da esquistossomose no município, podendo também refletir diferenças na captação e no registro dos casos.

As variações observadas ao longo dos anos também são descritas em estudo sobre as doenças tropicais negligenciadas durante a pandemia da COVID-19, que aponta mudanças na

ocorrência e no acompanhamento dos casos durante o período analisado (Vasconcelos Neto, et al., 2023). A hanseníase apresentou 88 casos entre 2020 e 2025, com oscilações ao longo do período. Apesar dessas variações, não foram registrados óbitos por hanseníase no período analisado. No estudo de Medeiros et al. (2024) a hanseníase é caracterizada como uma doença infecciosa curável, sendo observada baixa frequência de óbitos entre os pacientes analisados. Além disso, os autores destacam que, quando não tratada adequadamente, a doença pode evoluir e causar danos permanentes aos nervos, pele e mucosas. Dessa forma, a ausência de óbitos por hanseníase observada em Ubá no período analisado é compatível com a baixa frequência de mortalidade descrita no estudo, embora a doença permaneça relevante devido ao risco de complicações e danos permanentes.

A leishmaniose apresentou baixo número de casos, com 24 registros entre 2020 e 2025. Entretanto, o baixo número de registros também deve ser interpretado com cautela, pois dificuldades no diagnóstico, atraso na identificação dos casos e falhas na notificação podem contribuir para a subnotificação da doença (Cardozo, et al., 2024). Assim, a baixa ocorrência observada em Ubá pode representar tanto uma menor circulação da doença quanto possíveis limitações na identificação e registro dos casos.

Tabela 4 – Indicadores anuais de incidência, mortalidade e letalidade por doença em Ubá, Minas Gerais, no período de 2020 a 2025

Ano	Doença	Casos	Incidência/100 mil hab.	Óbitos	Mortalidade/100 mil hab.	Letalidade (%)
2020	Dengue	1.508	1.458,91	1	0,97	0,066
2020	Hanseníase	3	2,9	0	0	0
2020	Leishmaniose	2	1,93	0	0	0
2020	Esquistossomose	0	0	0	0	0
2021	Dengue	172	166,4	0	0	0
2021	Hanseníase	13	12,58	0	0	0
2021	Leishmaniose	8	7,74	0	0	0
2021	Esquistossomose	0	0	0	0	0
2022	Dengue	121	117,06	0	0	0
2022	Hanseníase	14	13,54	0	0	0
2022	Leishmaniose	4	3,87	0	0	0
2022	Esquistossomose	1	0,97	0	0	0
2023	Dengue	1.115	1.078,70	0	0	0
2023	Hanseníase	19	18,38	0	0	0
2023	Leishmaniose	5	4,84	0	0	0
2023	Esquistossomose	0	0	0	0	0

Ano	Doença	Casos	Incidência/100 mil hab.	Óbitos	Mortalidade/100 mil hab.	Letalidade (%)
2024	Dengue	6.199	5.997,19	2	1,94	0,032
2024	Hanseníase	23	22,25	0	0	0
2024	Leishmaniose	1	0,97	0	0	0
2024	Esquistossomose	0	0	0	0	0
2025	Dengue	2.802	2.710,78	1	0,97	0,036
2025	Hanseníase	16	15,48	0	0	0
2025	Leishmaniose	4	3,87	0	0	0
2025	Esquistossomose	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do DATASUS (SINAN e SIM), Ubá, Minas Gerais, 2020-2025.

Nota: A taxa de incidência e mortalidade foi calculada considerando a população de 103.365 habitantes, correspondendo ao município de Ubá Minas Gerais (IBGE, 2023).

A análise dos indicadores epidemiológicos das doenças selecionadas no município de Ubá, no período de 2020 a 2025, demonstrou diferenças importantes no comportamento da incidência, mortalidade e letalidade ao longo dos anos, evidenciando padrões distintos de ocorrência entre as doenças analisadas.

A dengue apresentou a maior variação no período analisado. Em 2020, foram registrados 1.508 casos, correspondendo à incidência de 1.458,91 casos por 100 mil habitantes. Nos dois anos seguintes, observou-se redução expressiva, com 172 casos em 2021 e 121 em 2022. A partir de 2023, ocorreu uma retomada do crescimento, seguida pelo maior valor da série em 2024, quando foram contabilizados 6.199 casos e incidência de 5.997,19 por 100 mil habitantes. Em 2025, houve redução para 2.802 casos, embora a incidência tenha permanecido elevada, em 2.710,78 por 100 mil habitantes. Esse comportamento demonstra uma distribuição irregular da dengue ao longo dos anos, com períodos de baixa ocorrência intercalados por aumentos expressivos. A elevação simultânea do número de casos e da incidência em 2024 indica que o aumento não se restringiu à quantidade absoluta de notificações, mas também representou maior ocorrência proporcional na população.

Em relação à mortalidade e à letalidade da dengue, foram registrados quatro óbitos no período de 2020 a 2025, distribuídos entre os anos de 2020, 2024 e 2025. Em 2020, foi registrado um óbito, correspondendo à mortalidade de 0,97 por 100 mil habitantes e letalidade de 0,066%. Entre 2021 e 2023, não houve registro de óbitos, resultando em indicadores iguais a zero. Em 2024, observou-se o maior número de óbitos da série, com dois registros, mortalidade de 1,94 por 100 mil habitantes e letalidade de 0,032%. Em 2025, foi registrado um óbito, com mortalidade de

0,97 por 100 mil habitantes e letalidade de 0,036%. Esses resultados demonstram que, embora a dengue tenha apresentado elevada incidência em 2024, a letalidade permaneceu relativamente baixa. Entretanto, a ocorrência de óbitos evidencia a importância da identificação dos sinais de agravamento, da classificação adequada de risco e da assistência oportuna aos pacientes, especialmente durante períodos de aumento expressivo da transmissão.

A hanseníase apresentou comportamento diferente, com registros em todos os anos analisados. O maior número de casos foi observado em 2024, com 23 registros e incidência de 22,25 por 100 mil habitantes. Esse resultado evidencia a permanência da doença no cenário epidemiológico municipal. Considerando sua evolução geralmente lenta e a possibilidade de diagnóstico tardio, esses dados reforçam a importância da identificação precoce, da busca ativa de casos e do acompanhamento dos pacientes. No período analisado, não foram registrados óbitos por hanseníase, resultando em mortalidade e letalidade iguais a zero. No estudo de Medeiros, et al. (2024), a hanseníase apresentou baixa frequência de óbitos, reforçando que a ocorrência de casos não está necessariamente associada à elevada mortalidade. Entretanto, a ausência de óbitos não elimina a possibilidade de complicações, principalmente quando o diagnóstico e o tratamento ocorrem tardiamente, podendo resultar em incapacidades físicas permanentes.

Para a leishmaniose, foram registrados 24 casos no período, com incidências que variaram de 0,97 a 7,74 por 100 mil habitantes. O maior número ocorreu em 2021, com oito casos e incidência de 7,74 por 100 mil habitantes. Embora os registros tenham sido menores quando comparados aos da dengue e da hanseníase, a ocorrência em diferentes anos demonstra que a doença esteve presente no município durante o período estudado. A oscilação dos valores pode estar relacionada às características próprias da transmissão da leishmaniose, que depende da presença do vetor e de condições ambientais e epidemiológicas favoráveis, embora esses fatores não tenham sido avaliados diretamente nesta pesquisa. Quanto à mortalidade e à letalidade, não foram registrados óbitos no período, resultando em indicadores iguais a zero. Já Cardozo, et al. (2024) destacam que a ausência de óbitos em determinados anos não elimina a importância da leishmaniose, principalmente diante de possíveis limitações nos registros e notificações, reforçando a necessidade de manutenção das ações de vigilância e investigação epidemiológica.

A esquistossomose apresentou ocorrência pontual, com apenas um caso registrado em 2022, correspondente à incidência de 0,97 por 100 mil habitantes. Nos demais anos, não foram identificados registros na base consultada. Esse resultado indica baixa frequência de notificações

no período, mas não permite afirmar, isoladamente, a ausência de transmissão no município. Também não foram registrados óbitos pela doença, resultando em mortalidade e letalidade iguais a zero. Apesar da baixa ocorrência identificada, é importante manter as ações de vigilância epidemiológica, investigação dos casos e prevenção, considerando os possíveis impactos da doença sobre a saúde da população.

Outro aspecto importante para a interpretação dos resultados é o contexto da pandemia de COVID-19, que coincidiu com parte do período analisado. Vasconcelos, Neto et al. (2023) apontam que a pandemia prejudicou o acompanhamento, o diagnóstico, o tratamento e a notificação das doenças tropicais negligenciadas (DTNs), além de provocar o direcionamento de recursos e profissionais de saúde para o enfrentamento da COVID-19. Dessa forma, os resultados observados em Ubá devem ser interpretados considerando a possibilidade de que a redução ou ausência de registros em determinados anos também esteja relacionada às dificuldades enfrentadas pelos serviços de saúde durante esse período. Entretanto, não é possível atribuir diretamente as oscilações observadas à pandemia sem uma investigação específica sobre a organização e o funcionamento dos serviços municipais de saúde.

A menor quantidade de registros não significa que essas doenças possam deixar de ser acompanhadas pela vigilância epidemiológica. Meurer e Coimbra (2022) destacam que as DTNs continuam representando um importante problema de saúde pública no Brasil, principalmente por estarem relacionadas a condições de vulnerabilidade social, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e possibilidade de causar incapacidades e mortes prematuras. Dessa forma, os resultados reforçam que o principal desafio não está apenas na ocorrência das doenças, mas também na capacidade dos serviços de saúde de identificá-las, notificá-las e acompanhá-las adequadamente ao longo do tempo.

Diante dos resultados encontrados, evidencia-se a necessidade de manutenção e fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica no município de Ubá, considerando as particularidades de cada doença. No caso da dengue, os elevados números de casos registrados em 2024 e a permanência de incidência expressiva em 2025 reforçam a importância das ações de controle vetorial, eliminação de criadouros, educação em saúde e organização da assistência para o atendimento oportuno dos casos. Em relação à hanseníase, a identificação de casos em todos os anos demonstra a necessidade de ampliar a busca ativa, fortalecer a atuação da Atenção Primária à Saúde e garantir o diagnóstico precoce, reduzindo o risco de incapacidades físicas. Para a leishmaniose e a esquistossomose, a manutenção da vigilância, a investigação dos casos

e as ações de prevenção são fundamentais para evitar a subnotificação e identificar possíveis áreas de transmissão.

Assim, o acompanhamento contínuo dos indicadores de incidência, mortalidade e letalidade constitui uma ferramenta importante para orientar o planejamento das ações de saúde, identificar mudanças no perfil epidemiológico e direcionar os recursos de acordo com as necessidades da população. Os resultados demonstram que, mesmo diante de diferentes padrões de ocorrência e da ausência de óbitos para algumas doenças, todas exigem atenção permanente dos serviços de saúde, reforçando a importância de uma vigilância epidemiológica contínua, integrada e capaz de responder às necessidades do município.

4 CONCLUSÃO

A análise epidemiológica das doenças tropicais negligenciadas em Ubá-MG, entre 2020 e 2025, demonstrou que a dengue apresentou a maior ocorrência, com as maiores taxas de incidência, atingindo 5.997,19 casos por 100 mil habitantes em 2024. Foram registrados quatro óbitos, todos associados à doença, que também apresentou variações nas taxas de mortalidade e letalidade ao longo do período. Em contrapartida, a hanseníase, a leishmaniose e a esquistossomose apresentaram menor número de notificações e não registraram óbitos, resultando em taxas de mortalidade e letalidade iguais a zero. Quanto ao perfil sociodemográfico, observou-se predominância do sexo feminino, correspondente a 51,87% dos casos, e da faixa etária de 15 a 59 anos, que concentrou 77,42% dos registros. Entretanto, foram identificadas diferenças entre as doenças, uma vez que a hanseníase e a leishmaniose apresentaram maior ocorrência entre os homens, enquanto a dengue foi mais frequente entre as mulheres.

Ao longo dos seis anos analisados, as doenças apresentaram diferentes padrões de ocorrência. A dengue foi marcada por oscilações expressivas, com aumento acentuado em 2024 e redução em 2025. A hanseníase manteve registros em todos os anos, com maior ocorrência em 2024, enquanto a leishmaniose também apresentou notificações durante todo o período, embora com variações no número de casos. Já a esquistossomose apresentou ocorrência pontual, com apenas um caso registrado em 2022.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados considerando as possíveis interferências da pandemia de COVID-19, as dificuldades de obtenção de dados locais e a possibilidade de subnotificação, fatores que podem limitar a representação da situação

epidemiológica real do município. Dessa forma, o estudo contribui para o conhecimento do cenário epidemiológico de Ubá-MG e reforça a importância do fortalecimento da vigilância epidemiológica, da melhoria da qualidade dos registros e da ampliação das medidas de prevenção, diagnóstico e controle, além da continuidade das investigações para subsidiar decisões em saúde pública e reduzir os impactos dessas doenças na população.

REFERÊNCIAS

CARDOZO EP, Souza JPS, Oliveira GS, Sousa EG, Vieira VP da C. Leishmaniose visceral humana: aspectos epidemiológicos em Salinas, Minas Gerais. Revista Vozes dos Vales. 2024;(26). doi:10.70597/vozes.v12i26.992.

CHAO BMP, Silva Tortorella CC, Ludwig DB, Martins HRF, Camargo LEA, Cordeiro MER, organizadores. Doenças negligenciadas que impactam a saúde pública. São Paulo: AYA Editora; 2024.

GUIMARAES AC, Dias GB, Cunha TR, Rozin L, Sanches LC. Doenças de pessoas negligenciadas no Brasil: o olhar da Bioética Crítica sobre as determinações sociais da saúde. RIB [Internet]. 2024 Mar 18 [citado 2026 nov 3];(24):01-14.

HIRONO LM, Takizawa MG. Análise epidemiológica das principais doenças negligenciadas na cidade de Cascavel/PR. Rev Thêma et Scientia. 2023;13(1):225-239.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2023 [citado 2026 out 13].

Lima CA. Agenda 2030: caracterização clínica e epidemiológica em idade pediátrica de doenças negligenciadas no estado de Minas Gerais – malária [trabalho de conclusão de curso]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2023.

MEDEIROS GA, Dallabrida CP, Santos GFC, Possobon MS, Husseinat SF, Oliveira JK. Análise comparativa da cura, progresso e mortalidade em pacientes com hanseníase: influência da gestação. Revista Varia Scientia – Ciências da Saúde. 2024;10(1).

MEURER IR, Coimbra ES. Doenças tropicais negligenciadas e o seu contexto no Brasil. HU Rev. 2022;48:1-2.

MUNIZ ALR, Da Silva CJCS, Adaskevicius E. Perfil epidemiológico das notificações e dos casos confirmados de arboviroses em Pirapora, Minas Gerais, Brasil, de 2020 a 2024. Cognitus Interdisciplinary Journal. 2026;3(2):1-13. doi:10.71248/40mz054.

REIS ACSM, Borges DPL, Barbosa MS, Ternes YMF, Santiago SB, Santos RS. O cenário de políticas públicas do Brasil diante do quadro das doenças negligenciadas. Saúde Ciênc Ação. 2016;2(2):99-107.

Rodrigues SAS. Perfil epidemiológico e sociodemográfico da esquistossomose mansoni na região de saúde de Ubá, Minas Gerais, Brasil [dissertação]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2022.

SILVA JP, Carvalho Filho AX, Soares JJ. Doenças negligenciadas em Minas Gerais e determinantes sociais. Rev Atenas Higéia. 2019;1(1):1-6.

Soares ACC. Caracterização do saneamento básico e de indicadores epidemiológicos das doenças relacionadas, em Minas Gerais, no período de 2002 a 2019 [tese de doutorado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2021.

Spala MR. Doenças negligenciadas no Brasil: mapeamento de uma década de ocorrências [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2023.

VASCONCELOS NETO JW, Silva GA, Costa HP, Carmo SJM, Guedes MIF, Ferreira JESM, et al. Doenças tropicais negligenciadas durante a pandemia da COVID-19. In: Convergências: diálogos interdisciplinares na ciência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Epitaya; 2023. p. 47-64.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global progress against neglected tropical diseases continues despite challenges, new WHO report finds [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2025 Oct 22 [citado 2026 out 13].